

**HABEAS CORPUS Nº 494.239 - SC (2019/0047998-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ALEXANDRE MIGUEL GAVAZINI**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE MIGUEL GAVAZINI - SC039173**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : ADRIANO DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

**ADRIANO DA SILVA** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

De plano, verifico que a inicial do *writ* não veio acompanhada de cópia do(s) ato(s) judicial(ais) constritivo(s) de liberdade proferido(s) pelo Juízo de primeiro grau, bem como do acórdão impugnado, o que prejudica sobremaneira a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente este habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**